

Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar¹

Cristina Lobo

Resumo: Da comparação entre o casamento e o recasamento até às recomposições familiares, passando pelas famílias reconstituídas e pelas famílias recompostas, um longo caminho foi percorrido entre os anos 60 e o limiar dos anos 90. Neste texto dar-se-á conta, por um lado, dos avanços e recuos teórico-metodológicos que inelutavelmente têm vindo a contribuir para retirar do anonimato as configurações familiares que integram no mínimo um padrasto ou uma madrastra — as famílias recompostas. E, por outro, relacionam-se estratégias de recomposição — perenidade ou substituição — protagonizadas pelos casais recompostos entrevistados, com classes e fracções de classe, apostando na sua interdependência.

«Não há passado nem futuro mas apenas uma série de presentes sucessivos, um caminho perpetuamente destruído e continuado onde todos vamos avançando»

Marguerite Yourcenar²

Introdução

A análise do recasamento e das famílias recompostas constitui, actualmente, para a sociologia da família, um campo interessante e promissor. Em consequência do aumento do divórcio³, o recasamento entre divorciados com crianças de uniões precedentes tem crescido consideravelmente nos últimos vinte anos e dado origem a novas configurações familiares.

Em Portugal, o recasamento e as recomposições familiares equivalem ainda a um campo a explorar, contrastando com um número considerável de trabalhos que envolvem estas problemáticas em países como a França e os Estados Unidos.

A longa tradição dos anglo-americanos na abordagem empírica do recasamento e das *stepfamilies*, possibilitou a apreensão da construção histórica e social destas famílias, que integram no mínimo um padrasto.

Do recasamento entendido como um comportamento desviante, comparando-o com o casamento, e do entendimento de que as crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta eram potenciais delinquentes, comparando-as com os filhos das famílias nucleares, passou-se a designar as famílias dos anos setenta por *reconstituted families*. Pela primeira vez, assumiu especificidade este tipo de configurações familiares, negando, assim, qualquer analogia com o modelo familiar dominante. Sucederam-se as *blended families* dos anos oitenta, e com elas a especificidade das famílias de padrastos parecia ter ficado consolidada. As crianças foram reabilitadas enquanto um dos seus elementos fulcrais e, ainda, a sua circulação pelas várias casas passou a constituir mais uma característica a ter em conta na análise das famílias recompostas.

Na continuidade de todas estas considerações, no final dos anos oitenta, os sociólogos franceses introduziram a problemática das recomposições familiares, enquanto transições familiares a seguir a um divórcio ou a uma separação.

1. Do (re)casamento às recomposições familiares

1.1. Casamento e recasamento. A inelutável comparação

O recasamento, não sendo apanágio do tempo presente, encerra em si um dado novo que o torna distinto do recasamento do século passado: o casamento de divorciados. Outrora, até ao século XIX os recasamentos de viúvos eram proporcionalmente tão numerosos quanto o são hoje em dia os casamentos de divorciados⁴ — o divórcio veio substituir a viuvez precoce dos séculos passados (Théry, 1987). De facto, o recasamento de divorciados tornou-se uma forma predominante de casamento (Goetting, 1982; Cherlin, 1992)⁵.

Uma grande parte destes recasamentos envolve crianças de um casamento anterior, o que pressupõe, evidentemente, a presença de um padrasto ou de uma madrasta ou de ambos nas configurações familiares.

Na década de 60, os cientistas sociais americanos ao assistirem ao aumento acelerado da taxa de divorcialidade e do número de recasamentos no total dos casamentos, começaram a interessar-se pelo recasamento e pelas crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta.

No entanto, não se pode deixar de fazer referência a três obras de vulto sobre a problemática do recasamento, publicadas antes da década de 60: *The old love and the new* de Willard Waller's (1930) ; *Remariage*

de Jessie Bernard (1956) e *Women in divorce* de W. J. Goode (citado por Spanier & Furstenberg, 1988: 420).

O trabalho de Goode destaca-se, contudo, dos outros dois, por ser considerado um clássico sobre a problemática do divórcio. Nele, inclui uma breve discussão acerca do recasamento, onde são examinados tópicos tais como: as várias formas de viver o recasamento, em grupos sociais diferentes; o efeito do recasamento sobre as crianças; a relação entre a separação e o recasamento; o (re)divórcio a seguir ao recasamento (Spanier & Furstenberg, 1988: 421).

Acontece, no entanto, que foi reduzido o interesse manifestado pelos estudiosos da família para com o divórcio e o recasamento até ao aumento das suas taxas nos anos 60 e 70, segundo Spanier e Furstenberg (1988). Actualmente, na América do Norte, Coleman e Ganong (1990) referem que as famílias nas quais crianças de um casamento anterior vivem com um padrasto ou uma madrasta — as *stepfamilies* — são já um dos temas mais populares nas investigações sobre a família.

A comparação entre o primeiro casamento e o recasamento é a mais privilegiada das abordagens seguidas nos estudos empíricos seja por sociólogos, demógrafos ou mesmo psiquiatras. Abordagem essa, aliás, que ainda hoje atravessa muitos dos trabalhos realizados por cientistas da família sobre esta temática.

Assim, “medir o valor do primeiro casamento e o do recasamento em termos de adaptação, êxito, estabilidade, felicidade familiar e socialização das crianças, constitui a única preocupação dos cientistas da altura” (Théry, 1993: 8). Todavia, a distinção entre recasamentos sem crianças e recasamentos com crianças de um primeiro casamento não é considerada, assim como também não são diferenciados os recasamentos que se seguem a um divórcio ou a uma viuvez de um dos cônjuges.

Nessa perspectiva realizam-se estudos empíricos, a maior parte deles elaborada por clínicos, sobre o efeito do recasamento nas crianças que vivem com um padrasto ou uma madrasta. Nestes casos, a comparação é feita entre os filhos das famílias nucleares (consideradas como as verdadeiras) e os filhos das outras famílias. “Ser um enteado, é já à partida uma situação traumática, patológica, factor de múltiplos problemas de socialização” (Théry, 1993: 8).

Portanto, as crianças que vivem em *stepfamilies* ou apenas com um dos seus pais biológicos, são encaradas pelos cientistas sociais nos anos 50 e 60 como potenciais delinquentes. O que de certa forma reflecte o ponto de vista do meio social onde os cientistas estão inseridos — neste caso a sociedade americana (Esses & Campbell, 1984).

O trabalho empírico de Bowerman e Irish (1962) é considerado por vários autores um clássico acerca dos efeitos do recasamento nas crianças (Ganong & Coleman, 1984; Spanier & Furstenberg, 1988; Théry, 1993). Segundo Ganong e Coleman foram aplicados questionários a 29.000 crianças entre os 7 e os 12 anos de idade, das quais 2.145 assistiram ao recasamento de pelo menos um dos seus pais biológicos a seguir a um divórcio ou a uma viuvez. Na análise que Bowerman e Irish fazem das relações entre pais/filhos e padrastos/enteados, partem de um modelo de comparação — *Déficit-Comparison Approach* — entre as crianças que vivem em famílias nucleares e as que vivem em *stepfamilies*⁶. Os resultados alcançados foram os seguintes: os enteados não estão tão próximos dos seus pais como as crianças das famílias nucleares; e sentem maior discriminação e rejeição; as madrastas são pior tratadas pelos enteados do que os padrastos (Ganong & Coleman, 1984: 391).

Durante a década de 60 e princípio dos anos 70, muitos outros trabalhos seguem os passos de Bowerman e Irish, partindo sempre do mesmo pressuposto: a família nuclear representa estatística e socialmente o modelo dominante e todas as variantes a esse modelo são desvios que se repercutem de forma negativa na personalidade das crianças, no seu comportamento social e no seu sucesso escolar.

De entre esses estudos empíricos contam-se: Langner & Michaels, 1963; Perry & Pfuhl, 1963; Burchinal, 1964; Rosenberg, 1965; Kaplan & Pokorny, 1971; Santrock, 1972 (Ganong & Coleman, 1984: 391). Contudo, as conclusões a que chegam muitos destes autores não são tão pessimistas quanto julgaram à partida. De um modo geral, para Ganong e Coleman, os resultados destes estudos empíricos não apontam afinal diferenças entre as atitudes das crianças das *stepfamilies* e as outras, no que toca ao seu relacionamento social e particularmente no que diz respeito às relações com os pais, incluindo o padrasto ou a madrasta.

Por outro lado, em grande parte destes trabalhos as *stepfamilies* são tratadas como se fossem uma “estrutura uniforme”, ignorando variações tais como: a idade das crianças na altura do recasamento do pai ou da mãe, ou mesmo de ambos; o número de anos em que vivem na nova família; o número de irmãos e de meios irmãos; a frequência dos contactos com o pai ou a mãe não residente no agregado familiar (Coleman & Ganong, 1990).

De qualquer modo, as diferenças são interpretadas como desvios que confirmam o postulado inicial segundo o qual as “famílias de recasados são uma espécie de falsas famílias” (Théry, 1993: 9).

É claro que estes trabalhos empíricos, se por um lado têm o mérito de ter feito emergir as famílias de enteados e de padrastos do anonimato, por

outro, ao desvendá-las comparando-as inevitavelmente com as nucleares, negam-lhes a sua especificidade e estigmatizam-nas.

O essencial, para Spanier e Furstenberg, “é abandonar o esquema que nega a especificidade à *stepfamily*, reduzindo-a a um decalque imperfeito da família nuclear, pelo facto de se substituir um pai verdadeiro por um falso pai.” (Théry, 1993: 9).

1.2. Das famílias reconstituídas dos anos 70 às famílias recompostas dos anos 80

Nos anos 60 o divórcio instala-se no quotidiano dos norte americanos e sofre o efeito de banalização, impondo uma viragem na forma de olhar para as configurações familiares de recasados, que incluem crianças de casamentos anteriores.

Passam então a ter visibilidade, nos resultados dos estudos empíricos, recasamentos em que impera a satisfação familiar e, outros, em que a insatisfação deixa as suas marcas, exactamente como nos primeiros casamentos.

Das análises comparativas entre as crianças das *stepfamilies* e as das famílias nucleares fica a convicção de que as características sociais e psicológicas dos dois grupos não apresentam diferenças significativas consoante a forma particular de família à qual a criança está intrinsecamente ligada (Wilson et al., 1975). Chega-se então ao que Irene Théry (1993) chama “hipótese nula”: a criança que vive numa família de padrastos pode ter nela uma experiência predominantemente negativa, positiva ou ambas (Wilson et al., 1975). Exactamente como as crianças das famílias nucleares.

Uma nova designação surge entretanto para classificar as famílias de recasados que vivem com crianças de casamentos anteriores — as famílias reconstituídas — *reconstituted families* (Duberman, 1975). A criança de um casamento anterior passa então a ser o actor que confere especificidade às famílias reconstituídas. Isto porque os recasados sem filhos de uma união precedente não formam uma configuração familiar deste tipo.

Outro salto qualitativo importante na estratégia de investigação deste tipo particular de configuração familiar, reside no facto de se deixar de comparar as famílias reconstituídas às famílias nucleares. Uma das particularidades das famílias reconstituídas é o seu passado, a história anterior àquele recasamento, história essa à qual ela está sempre ligada através da presença inevitável de crianças de um outro casamento.

No entanto, a uma mesma designação corresponde uma diversidade de possíveis combinações entre os elementos pertencentes às configurações

familiares. Irene Théry (1993) indica algumas variações possíveis: a mãe com filhos à sua guarda de um casamento ou união anterior (o caso, sem dúvida, mais frequente); a mãe e o pai com os filhos de ambos à sua guarda; o pai com filhos do casamento anterior à sua guarda. Pode ainda dar-se o caso de haver guardas conjuntas entre os dois pais biológicos das crianças e algumas delas viverem, portanto, ora com um, ora com outro, durante períodos alternados.⁷

Algumas destas situações revelam uma estrutura familiar particularmente complexa. No entanto, para Andrew Cherlin (1978), não será tanto esta complexidade estrutural a causadora da fragilização a que estas famílias estão sujeitas, mas sim a ausência de normas institucionalizadas que confere ambiguidade aos papéis familiares.

Evidentemente, esta “anomia”, como lhe chama Irene Théry, não resulta apenas da inexistência de um código normativo do foro jurídico mas, também, da dificuldade de “pensá-las fora dos laços de sangue e de parentesco” (Théry, 1993). Recorde-se, por exemplo, a indefinição do estatuto de padrasto.

Por todas as razões apontadas, no final dos anos 70 as famílias de padrastos retomaram o seu estatuto de famílias problemáticas ou mesmo “famílias de alto risco”(Théry, 1993).

Na década de 80, os trabalhos acerca do recasamento são em menor número do que os trabalhos sobre as crianças das *stepfamilies* — os enteados⁸. Mesmo assim, dos trabalhos realizados sobre a primeira temática ressaltam algumas linhas de investigação decisivas, na medida em que perspectivam o recasamento não como um acontecimento estático, mas como um processo de transições.

Subjacente à mesma linha de análise surgem, nessa altura, as famílias recompostas — *blended families* — cujas fronteiras se alargam a uma rede mais vasta de relações de parentesco e onde as crianças são os actores potenciadores dessa trama de relacionamentos.

A experiência do recasamento de dois adultos com crianças de um casamento anterior tem forçosamente de ser diferente da experiência de dois jovens que se casam pela primeira vez e decidem ter filhos. Ihinger-Tallman e Pasley citam quatro razões que diferenciam o primeiro casamento do recasamento, identificadas por Furstenberg e Spanier (1984):

1. a continuação do relacionamento com os ex-cônjuges principalmente quando existem crianças dos casamentos anteriores;
2. o primeiro casamento serve a maior parte das vezes, para quem o viveu, de base de comparação para o segundo;
3. o primeiro casamento e o recasamento ocorrem em momentos diferentes da vida dos indivíduos (mudanças de personalidade, maior

maturidade, acumulação de experiências de vida, mudanças de *status* económico e social);

4. os homens e as mulheres que se recasam não pertencem, por vezes, ao mesmo grupo geracional, tendo idades e experiências de vida diferentes (1987: 18).

Claro que as diferenças entre os dois momentos — casamento e recasamento — não se esgotam nesta enumeração de Furstenberg e Spanier, mas se adoptarmos uma óptica comparativa, permitem desvendar particularidades de um e de outro.

Muitos dos estudos realizados na década de 80 sobre a qualidade e a satisfação no recasamento pecaram pela ausência de discussão teórica, à semelhança, aliás, dos trabalhos realizados nas duas décadas anteriores (Esses & Campbell, 1984). Contudo, segundo Coleman e Ganong, três hipóteses ressaltam neste período:

1. o recasamento torna-se mais frágil porque envolve pessoas predispostas a ver no divórcio a solução para a infelicidade conjugal (Furstenberg & Spanier, 1984);
2. os recasamentos são menos seguros porque não existem normas para guiar o seu comportamento (Cherlin, 1977);
3. os divorciados e recasados têm maior propensão para problemas psicológicos e comportamentais, o que reduz a qualidade e a estabilidade do recasamento (Brody et al., 1988) (citado por Coleman & Ganong, 1990: 932).

As duas primeiras hipóteses foram testadas empiricamente pelos seus autores e, depois deles, por muitos outros que as comprovaram ou refutaram, totalmente ou em parte⁹. Em relação à terceira hipótese, pelo contrário, não se conhece qualquer comprovação empírica.

Ainda muito recentemente, Furstenberg e Cherlin reafirmaram que a vida nas *stepfamilies* é bastante “complexa” e cheia de “ambiguidade” e que o resultado do recasamento pode, por isso, ser mais frágil (1991: 77). E, ainda, que esta complexidade e a predisposição para o divórcio dos indivíduos recasados pode conduzir a um elevado número de recasamentos dissolvidos (1991: 87).

No entanto, para os mesmos sociólogos, se um recasamento ultrapassar os cinco anos de vida tem tantas probabilidades de terminar em divórcio como os primeiros casamentos (1991: 87). Este será, portanto, o tempo necessário para a consolidação de uma família de recasados com crianças de um casamento anterior ou seja, para desenvolver uma “identidade coerente de família”, como refere Patricia Papernow (1988) (Furstenberg & Cherlin, 1991: 84).

Há uma pluralidade de problemas específicos a que as famílias de divorciados recasados com crianças de uniões precedentes têm de dar resposta, sem que tenham para tal qualquer suporte jurídico-institucional. De facto, elas estão em desvantagem nas situações de tensão e conflito, o que reflecte o alto grau de institucionalização ainda patente nos primeiros casamentos. E é precisamente nestes momentos que, na opinião de Cherlin, “se toma consciência da importância de modelos institucionalizados para manter a coesão familiar” (1987: 51). O mesmo autor avança com a seguinte tese: “a taxa de divorcialidade elevada que afecta o recasamento após divórcio é devido à sua institucionalização incompleta na nossa sociedade” (1987: 52).

A taxa de divorcialidade é o “melhor indicador objectivo” para se visualizar as diferenças entre a coesão nas famílias de recasados e nas famílias de casados (1987: 54). A argumentação de Cherlin faz sentido para explicar o número elevado de divórcios após recasamentos¹⁰.

Mas, se a questão da dissolução dos recasamentos é pertinente, a da sua génese e consolidação não é menos importante. Até porque todas estas dimensões se entrecruzam num mesmo fenómeno — o processo do recasamento.

Em 1982, Furstenberg sublinha que todos os estudos sobre o recasamento até então ignoram o movimento de um casamento para outro, ou seja, o seu processo de transição.

Nenhuma pesquisa é, portanto, longitudinal o que dificulta o estabelecimento de qualquer “relação causal entre a ruptura dos pais e o futuro dos filhos” (1987: 70). São também poucos os inquéritos que contemplam questões tais como: a dimensão do conflito conjugal que precedeu a separação, se este conflito termina após o recasamento ou não, até que ponto as crianças foram ou não envolvidas em todo o processo.

Para além disso, o divórcio nunca é tratado como um “acontecimento transitório — um interlúdio entre casamentos. Em suma, a ruptura conjugal nunca é vista na perspectiva de um itinerário de vida” (Furstenberg et al., 1987: 70).

Ora, através da perspectiva de “conjugalidades sucessivas” de Frank Furstenberg ou de “monogamia em série” de Margaret Mead (Ihinger-Tallman & Pasley, 1987: 21) para descrever o processo casamento - divórcio - recasamento, torna-se mais fácil tratar um novo objecto de pesquisa que fez o seu aparecimento no princípio dos anos oitenta — a família recomposta — *blended family*.

Quando Furstenberg e Spanier se referem às “conjugalidades sucessivas”, não estão mais do que a descrever a transição de uma relação sem êxito para outra, na procura de satisfação conjugal. O mesmo acontece

em relação à passagem por vários tipos de famílias — nuclear, monoparental, recomposta — na procura de satisfação familiar.

Ao analisar a família recomposta os autores sugerem a necessidade de se ter em consideração todo o processo de transições de que os seus protagonistas fazem integralmente parte.

Aliás, a própria noção de itinerário de vida chama-nos a atenção para “o ponto de intercepção da trajectória conjugal dos pais e da trajectória evolutiva dos filhos” (Furstenberg et al., 1987: 70). Esta perspectiva comporta, simultaneamente, a ideia da normalização do fenómeno do divórcio e do recasamento, através do seu aumento quantitativo e, conseqüentemente, da sua aceitação social.

A ruptura conjugal passa a ter um “significado diferente para as crianças”, quando social e historicamente aumentar em flecha o número de divórcios. Mas apenas “um tratamento mais dinâmico do processo de ruptura conjugal” por um lado, e uma “grande sensibilidade para com o contexto histórico em plena evolução”, por outro, nos pode transmitir mais claramente os complexos efeitos da dissolução familiar sobre a socialização das crianças. O divórcio é muitas vezes o começo de “uma cadeia complexa de transições”, que expõe as crianças a uma pluralidade de mudanças familiares (Furstenberg et al., 1987: 75)¹¹.

É curioso notar, no entanto, que Spanier e Furstenberg privilegiam o termo recasamento em detrimento das outras designações que entretanto foram aparecendo: famílias reconstituídas, famílias recompostas. Na sua opinião, o recasamento pode ser encarado de uma forma mais lata por qualquer das duas denominações, consideradas sinónimos, mas o essencial são as crianças como parte “significativa de uma extensa rede de relacionamentos, mesmo que elas não vivam em casa de nenhum dos seus pais” (Spanier & Furstenberg, 1988: 421).

Importa notar aqui que, já em 1970, o antropólogo Paul Bohannon se referia à *divorce chain* como a cadeia complexa de potenciais relações que se estabelece após divórcio e com o recasamento. Os sociólogos Furstenberg e Cherlin preferem chamar-lhe *remarriage chain* (1991: 93).

As considerações que acabámos de expôr vieram a contribuir para o alargamento do novo objecto de estudo dos anos oitenta — as famílias recompostas.

A particularidade desta nova orientação é a de não isolar o segundo casamento, ou a segunda união, do processo de transições familiares protagonizado pelos indivíduos. Através deste procedimento metodológico, não é apenas “o tempo mas o espaço que se alarga, englobando para além da casa onde vivem as crianças, o conjunto da constelação familiar desenhada pela circulação das crianças entre as diversas casas” (Martin, 1992: 125).

Vejamos algumas dimensões importantes referidas nestes dois pontos do trabalho, e que, de certa forma, constituem o ponto de partida para a problemática das recomposições familiares:

1. o primeiro casamento não é o modelo de referência para a análise do recasamento, isto é, ambos os acontecimentos são momentos de um itinerário de vida;
2. as crianças que vivem com um padrasto ou uma madrasta conhecem situações específicas, pouco comparáveis às vivências dos filhos das famílias nucleares;
3. as crianças das famílias recompostas acumularam uma trama de relacionamentos ao longo das conjugalidades sucessivas dos pais, que não pode ser ignorada na delimitação das fronteiras destas constelações familiares.

Pretende-se com isto dizer que é, afinal, o espaço de circulação das crianças que define as famílias recompostas dos anos 80.

1.3. Recomposições familiares. Dinâmicas e trajetórias nas famílias (re)compostas

Muitos dos objectos de pesquisa em ciências sociais, e particularmente em sociologia, são realidades que se tornaram visíveis através da legitimação das instituições dominantes de uma determinada sociedade. Acontece, no entanto, que as famílias recompostas se encontram ainda num estado de invisibilidade jurídica e de visibilidade social difusa.

É provável que, entretanto, com o aumento numérico destas configurações familiares, assistiremos porventura ao crescer do debate público sobre os seus problemas específicos, à discussão de políticas sociais adequadas a estas famílias e ao conseqüente aparecimento de normas jurídicas. Só que isto já não nos remete para um problema individual, mas para a legitimação de um problema público, isto é, para um problema social.

Aliás, o surgimento de um problema não se relaciona apenas com as condições teóricas da produção científica, mas também com as condições sociais dessa produção.

Evidentemente que os elementos das famílias recompostas são actores privilegiados deste processo de produção normativa, de definição e redefinição de normas sociais e jurídicas. A questão que se coloca é assim a de saber até que ponto estes protagonistas estão interessados numa ingerência institucional na sua vida familiar privada.

Ora, para Claude Martin, cada vez mais se assiste à desinstitucionalização das relações conjugais, isto é, “à resolução comum

dos homens e das mulheres terem relações de casal à margem de toda a influência exterior, em particular daquela que controlava a vida familiar: a instituição” (1993: 12). Assim, a “negociação permanente” regula actualmente as relações sociais, face à “crise das regulações tradicionais” (1993: 12).

Entretanto, no princípio dos anos 90, as famílias recompostas encontram-se no limiar entre, por um lado, o individual, o privado, e a auto regulação, e, por outro, o social, o público e a regulação legitimada.

Como apreender sociologicamente, então, estas configurações familiares que têm apenas um único elemento estrutural comum — a figura do padrasto?

Em França, no fim dos anos 80 e princípio dos anos 90, os sociólogos da família deram continuidade a algumas pistas teóricas, já anteriormente esboçadas pelos norte americanos, através das quais se pretende dar resposta à questão acima colocada .

A persistente indefinição quanto à expressão mais adequada para denominar os arranjos familiares que compreendem no mínimo um padrasto ou uma madrasta, e o seu contínuo aumento numérico também em França,¹² levou alguns teóricos da família a questionarem a designação famílias recompostas e a substituírem-na por famílias compostas (Lefaucheur, Théry, Bastard, Cardia-Vonèche, Martin, Le Gall).

O abandono do prefixo “re” deve-se ao facto de ele, para além de não trazer nada de novo, poder produzir um efeito de estigmatização nestas famílias, ou ainda dar a entender que a família “re” composta é radicalmente diferente da que lhe precedeu (Le Gall, Martin, 1990). A recomposição, como referem os mesmos autores, não anula a fase anterior, apenas apresenta uma outra forma, que é também passível de evolução.

A preocupação em nomear este tipo de configurações familiares não se prende tanto com uma questão de terminologia mas, mais importante do que isso, com a sua própria existência social. Isto é, “aquilo que não pode ser nomeado não tem uma existência verdadeiramente reconhecida” (Théry, 1993: 6).

Tomemos a expressão “famílias monoparentais”. Os sociólogos, ao conceptualizarem, no meio dos anos 70, os agregados familiares constituídos por uma ou mais crianças menores e um dos seus pais biológicos revelaram, não só uma das formas possíveis que podem tomar as unidades domésticas após uma desunião, como possibilitaram também que estas famílias fossem progressivamente tratadas como “população alvo” de intervenção social (Martin, 1992).

Acontece que, ao falar em famílias monoparentais, não se distingue a pluralidade de situações que tal categoria recobre: viúvos (as), separados

(as), divorciados (as), celibatários (as). O que se pretende actualmente evitar em relação às famílias compostas é exactamente este encobrimento, numa só expressão, duma heterogeneidade de combinações.

Daf Claude Martin referir que, “mais importante do que encontrar a designação adequada para uma pluralidade de situações, será compreender o que têm em comum estas novas configurações” (Martin, 1992: 110). A perspectiva de análise proposta por Bastard e Cardia-Vonèche que consiste em realçar a heterogeneidade das situações e recusar fazer da família composta uma categoria de análise, tem sido adoptada pela maioria dos sociólogos da família em França (Le Gall, Martin, Théry, Lefaucheur). Para os referidos autores, as famílias compostas são “entidades dotadas de uma estrutura particular, na qual se estabelecem relações específicas e que colocam novos problemas” (1987: 101).

Assim, a questão de partida “é a de saber se podemos fazer desta família composta uma categoria em si, ou seja, um tipo de família?” (1987: 101).

Ora, para Bastard e Cardia-Vonèche nem todas as famílias biparentais representam o modelo dominante nas sociedades contemporâneas — a família fusional. Isto é, nem todas se assemelham à imagem de unidade e homogeneidade familiar. Com efeito, em muitos agregados familiares, o “eu” predomina sobre o “nós”, pondo assim em causa a coesão da vida em família. Isto é muito visível nas famílias do tipo associativo (Kellerhals, Troutot e Lazega, 1989).

Ao distinguir a família composta apenas pela presença de um padrasto ou de uma madrasta, está-se a conferir à família biparental o estatuto de “modelo de referência caracterizado pelo primado da relação pais/filhos, como se ela garantisse um funcionamento fusional, homogéneo da unidade familiar impedindo, por definição, a formação de actividades separadas” (Bastard e Cardia-Vonèche, 1987: 102).

Tomar como referência única a família nuclear, representa uma postura etnocêntrica, que põe em causa toda e qualquer visão antropológica da família. Como se a estrutura familiar não fosse uma construção social, “que integra e transcende as determinações biológicas. Todas as famílias são famílias compostas” (idem, 1987: 102).

A pluralidade de problemas a que as famílias compostas são confrontadas na sua reorganização, na perspectiva dos autores que temos vindo a referir, não é suficiente para conferir a estas famílias o estatuto de “conceito sociológico”.

“Esta consideração teórica não deve de modo algum impedir-nos de estar particularmente atentos à maneira como os membros das famílias compostas analisam a sua situação, e explicam todo o seu funcionamento a partir da recomposição familiar”(1987: 103).

Em suma, as famílias compostas não constituem um grupo estável e homogéneo, só pelo facto de terem uma estrutura semelhante e conhecerem mais ou menos os mesmos problemas na sua reorganização familiar. Daí que Didier Le Gall e Claude Martin refiram que a identidade estrutural destas famílias se baseia apenas no facto de se fazer da presença do padrasto um elemento determinante. De tal modo que, retirando esse elemento, elas deixam de ser comparáveis (1991).

O problema deve portanto ser analisado sob o ângulo da recomposição familiar. Esta perspectiva recobre duas possibilidades: por um lado, há que apreender o conjunto das transições familiares anteriores; por outro, captar as actuais interações que delimitam os contornos da família e cujo grau de complexidade varia segundo os casos. Apreender o fenómeno das famílias compostas, recusando fazer delas uma categoria em si, leva a privilegiar o processo de recomposição familiar como transição para novas configurações, na proposta metodológica destes dois sociólogos (1991: 16).

A estratégia de investigação enunciada permite, assim, não só evidenciar a diversidade de transições do casamento para o divórcio e deste para o recasamento, como também apreender dinâmicas diferenciadas no processo de recomposição, que podem culminar numa pluralidade de modelos familiares compostos (Le Gall e Martin, 1991). E, para além disso, esta perspectiva situa a família composta numa trajectória e numa rede familiar mais alargada (Le Gall e Martin, 1991).

Em suma, para apreender dinâmicas no processo de recomposição destas famílias, é necessário perceber os trajectos anteriores, tanto conjugais como sociais, dos dois elementos do casal, e as formas de regulação do quotidiano na nova família recomposta.

Após a enunciação das principais perspectivas sobre o recasamento e as recomposições familiares que se seguem a um divórcio ou a uma desunião, importa agora destacar duas questões de maior pertinência analítica para uma análise sociológica das famílias recompostas¹³.

1. A família recomposta não deve ser analisada enquanto uma “categoria em si”, mas como resultado de um processo de transições familiares. Ao considerá-la enquanto tal perder-se-ia todo o manancial de configurações familiares possíveis que essa designação encerra;
2. A via a seguir será, portanto, a de analisar o processo de recomposição familiar, considerando-o como o conjunto das metamorfoses ocorridas numa determinada trajectória, durante o período que medeia entre a desunião ou divórcio e a constituição da nova família recomposta¹⁴.

2. Estratégias de recomposição: perenidade ou substituição

Constituiu ponto de referência para a pesquisa, para além de outros, um trabalho empírico de dois sociólogos franceses (Didier Le Gall e Claude Martin, 1991) onde se aplica o modelo de I. Théry que identifica duas lógicas — perenidade e substituição¹⁵ — na recomposição familiar e na construção social do papel de padrasto¹⁶. O objectivo desta segunda parte passa por dar conta, ainda que numa forma sucinta, dos resultados alcançados na pesquisa da aplicação do referido modelo às estratégias¹⁷ de recomposição familiar dos casais entrevistados¹⁸.

Acontece que, dada a ausência de casais recompostos das classes operárias¹⁹ no grupo dos entrevistados, a estratégia da perenidade revelou-se a maioritária. De facto, quando numa primeira fase se reconstituiu as trajectórias conjugais²⁰ destes casais, tudo parecia confirmar o modelo de I. Théry. No entanto, só num segundo momento e com um olhar mais acutilante sobre os discursos²¹, se tornou possível desvendar diferenças significativas em termos de práticas e representações destes protagonistas dos processos de recomposição familiar, conduzindo, então, à desagregação da estratégia de perenidade em três sub-estratégias: conflitual, formal e informal.

Do entrelaçamento entre estas sub-estratégias e as respectivas fracções de classe²² dos grupos domésticos recompostos²³ se dá conta no ponto seguinte.

2.1. “Continuidade à força”: a estratégia de perenidade conflitual

Após um divórcio ou uma separação, a continuação de um relacionamento indesejado e de permanente conflito com os ex-cônjuges, mesmo que mantido de uma forma distanciada, mas ao qual não se pode “escapar” dada a existência de crianças do primeiro casamento, revelou ser um dos principais factores a ter em conta na determinação da estratégia de perenidade conflitual.

É claro que outras dimensões para além do relacionamento com o ex-cônjuge foram também accionadas na identificação deste tipo de estratégia, como por exemplo: as razões do divórcio, do recasamento/coabitação, as expectativas face ao recasamento, as representações sobre a família, etc. Vejamos alguns exemplos dos discursos dos casais recompostos.

Relacionamento com o ex-cônjuge:

“Muito mau. Era quase sempre tudo por causa das mensalidades ... manteve-se sempre agressivo, sem capacidade de comunicação. Neste momento já nem nos falamos, quando tenho que falar alguma coisa sobre a minha filha é sempre com a mulher dele. Ele e o Leonel conhecem-se, o Leonel já lhe teve que chamar à atenção numa ocasião em que ele foi ordinário comigo”

Filomena, 35 anos, Técnica Auxiliar de Biblioteca (5º ano do Curso comercial)

“Durante aquela fase inicial foi um processo bastante doloroso. Durante três ou quatro anos o nosso relacionamento foi difícil. Só desde há dois anos para cá é que as coisas normalizaram. (...) a maior parte das vezes falamos apenas pelo telefone sobre assuntos relacionados com o nosso filho. Ela não vem cá a casa e não existem relações de convivência e amizade”.

Leonel, 37 anos, Consultor informático (antigo 3º ano dos liceus)

Razões do recasamento (coabitação):

“ (...) comecei então o namoro que devia ter tido há uns quinze anos atrás. Foi uma relação que me deu uma certa vida, deu-me protecção, segurança, gostei dele ... nós temos muita coisa em comum, e ele veio preencher aquele espaço vazio. Ele já tinha pensado nisso (na coabitação) há muito tempo ... só que eu tinha muito medo, sobretudo pela minha filha (...) até que um dia me decidi, e alugámos uma casa os dois. Eu nunca tinha pensado em voltar a coabitar com outra pessoa, nem me falassem no assunto ... Deus me livre”.

Filomena

“ (...) atraíu-me a expressão de tristeza do olhar dela. Da minha parte também existia algum receio porque a experiência que vivi me trazia à superfície feridas muito antigas, inclusive a separação dos meus pais”.

Leonel

Expectativas face ao recasamento (coabitação):

“Espero muito melhor ... há uma certa tranquilidade, sinto-me descontraída, calma, rio quando quero, mas não gosto de falar do futuro, tenho muito medo”.

Filomena

“ São diferentes das do primeiro. Hoje sou mais maduro do ponto de vista afectivo, reajo melhor aos ‘encontrões’. Enquanto no primeiro casamento as componentes físicas marido/mulher fossem talvez mais importantes, neste relacionamento eu tento ser um pouco mais que um companheiro, tento ser pai, amigo e às vezes também sou filho. Aprendendo com os erros do passado há coisas que eu tento evitar”.

Leonel

É também curioso notar o facto de alguns dos primeiros casamento dos elementos dos casais recompostos segundo esta estratégia terem sido longos, como por exemplo o do Mário que durou vinte anos até ao divórcio, e o do Frederico que só se separou legalmente da primeira mulher ao fim de dezanove anos. Por outro lado, todos os processos de divórcio dos elementos destas configurações familiares não foram pacíficos, apesar de ao fim de alguns anos terem conseguido chegar a um acordo.

Importa referir ainda que, na maior parte destes casos de estratégia de perenidade conflitual, o ex-cônjuge e o actual quando se conhecem não têm mais do que uma relação distante e de pouca intimidade, como se pode verificar pelos discursos da Leonilde e da Berta.

“Foi uma relação magoada. Eles (o ex e o actual marido) têm uma relação educada, já aconteceu nós estarmos a almoçar e ele vir buscar o filho e ficar a beber um café”.

Berta, 37 anos, Secretária de direcção

“Tratam-se de uma forma muito respeitadora. Tratam-se por tu não mais do que isso. Ele (ex-marido) só veio cá a casa uma vez (...)”.

Leonilde, 38 anos, Psicóloga

E, ainda para reforçar o sentimento negativo relacionado com a família do primeiro casamento, vejam-se os excertos dos discursos de algumas das entrevistadas, acerca das diferenças entre a primeira família e a recomposta:

“(...) nós agora temos um ambiente familiar: podemos comunicar uns com os outros, damos opiniões (...)”.

Filomena

“Não tive família no primeiro casamento, estive sozinha. Neste casamento acho que estou acompanhada, na dor, desgostos, chatices ... mas estou muito acompanhada”.

Berta

Em suma, a estratégia da perenidade conflitual assemelha-se por vezes à de substituição, ou pelo menos está muito próximo dela. Aliás, talvez não seja por acaso que ela está presente maioritariamente no grupo de casais recompostos desprovidos de recursos em diplomas do ensino superior. Isto é, este tipo de estratégia está subjacente à maioria dos processos de recomposição familiar das fracções de classe da pequena burguesia e da burguesia empresarial e proprietária com um nível de escolaridade que não ultrapassa um curso médio.

Convém contudo deixar claro que, em algumas configurações familiares da pequena burguesia intelectual e científica, as relações conflituosas com os pais biológicos das crianças, ainda que de uma forma mais sublimada, também se encontram inscritas nos seus quotidianos (caso da Berta/Adérito e da Leonilde/Pedro). Possivelmente, esse esforço de sublimação dos conflitos advém da posse de um elevado capital cultural tanto actual como de origem, por parte de todos os elementos destas famílias “obrigando-os” a terem relações “educadas” e “respeitadoras” entre eles, como referem a Berta e a Leonilde.

2.2. A institucionalização como forma de conservação: a estratégia de perenidade formal

Com a estratégia de perenidade formal pretendeu-se identificar as recomposições onde o conflito não estava inscrito. Bem pelo contrário, a tentativa de conservar as relações entre pais biológicos e filhos manifesta-se, a maior parte das vezes, pelo cumprimento daquilo que ficou estabelecido em relação ao poder paternal. Mas não se verificou, contudo, nestas configurações relações de amizade nem de contactos próximos entre os ex-cônjuges, nem entre os outros elementos das várias famílias ou das várias casas.

Trata-se de um tipo de estratégia que se revelou num número bastante reduzido de configurações e apenas em fracções de classe desprovidas de qualificações académicas superiores, e ainda, numa delas, apenas no processo de recomposição relativo à mãe guardiã. Veja-se agora esta forma de estruturação familiar por via do casal recomposto — Noémia e Zé.

Relacionamento com o ex-cônjuge:

“Actualmente falo com o pai só em relação aos miúdos, mas temos uma relação muito boa: se eu não posso ir ao médico, peço-lhe e ele vai, participa na educação das crianças. Comunicamos por telefone e às vezes vejo-

o quando ele vem trazer os miúdos aos fins de semana. Eles vão sempre passar o fim de semana com o pai de quinze em quinze dias. (...) eles têm duas casas (...) (ele) Tem uma boa casa, onde os miúdos, cada um tem o seu quarto. (...) Eles os dois (ex e actual marido) conhecem-se mas não se falam”.

Noémia, 34 anos, Gerente de boutique

“Tem sido uma relação civilizada. (...) Havia uma coisa comum que era a minha filha, e sempre se tentou ter uma relação civilizada. (...) Contactamos praticamente pelo telefone, quando há alguma coisa com a minha filha ... mas mais nada, ela tem a vida dela. Ela e a minha mulher só se encontraram uma vez e foi casualmente”.

Zé, 39 anos, “Negócios”

Razões do recasamento:

“Ele era amigo do meu irmão, foi uma coisa ... olho para ele e ele olha para mim e senti aqui uma coisa completamente diferente, uma paixão”

Noémia

“Foi um acidente. Calhou são das tais coisas que acontecem. (...) Por acaso nunca tinha pensado em voltar a casar. Estava ‘porreiro’ não tinha compromissos com ninguém, saía com quem queria... Mas há coisas que acontecem na vida das pessoas... a gente não sabe como é que isto aconteceu”.

Zé

Expectativas face ao recasamento:

“Nós vamos para o segundo casamento exactamente com as mesmas esperanças com que fomos para o primeiro. Eu no princípio do segundo casamento tive grandes dissabores, depois de casar com ele vi que as coisas não eram na totalidade aquilo que eu tinha idealizado”.

Noémia

“Bom, já dura há dois anos, já é mais do que o outro. Quanto ao resto, não sei, vamos lá ver. Em princípio todos nós queremos que as coisas resultem, que haja estabilidade”.

Zé

Neste tipo de estratégia de recomposição, e tomando como exemplo estes excertos dos discursos do casal — Noémia e Zé — sobressai a

ausência de conflitualidade nos processos pós divórcio de ambos. É também o caso da Florinda, como ela própria refere em relação à pensão de alimentos:

“Nós não especificámos muito as coisas, porque não discutimos acerca disso, nunca houve guerras(...) mesmo em relação a dinheiros, está previsto na lei uma actualização anual, mas nunca foi preciso fazê-lo porque naturalmente falávamos sobre isso e chegávamos sempre a acordo”.

Florinda, 40 anos, Bancária

Também no que toca ao relacionamento com os ex-cônjuges, os três discursos são semelhantes e destacamos mais uma vez a ausência de conflito; no entanto, as relações nunca chegaram a ser de “grandes amizades”:

“Era uma relação pelo telefone , (...) mas não era assim uma relação fria. Agora não passámos para uma relação de amizade o suficiente para irmos sair juntos, isso não”.

Florinda

Interessante foi também notar, em relação aos primeiros casamentos, quase a inexistência do sentimento de amor ou paixão. Nos casos do Zé e da Florida duraram seis meses e três anos respectivamente, só o da Noémia resistiu onze anos.

No entanto, as razões do recasamento ou da coabitação (Florinda) apresentadas pelos três entrevistados (as) foram diferentes: “paixão” para a Noémia; “acidente” para o Zé; “semelhança de gostos e de interesses” para a Florinda.

Apesar de, na prática, não se anular a presença dos pais biológicos, mesmo quando a família recomposta já está consolidada, as diferenças assinaladas pela Noémia e pela Florinda quanto às duas famílias (casamento e recasamento) foram significativas:

“(...) são relações tão diferentes. Não são comparáveis”.

Florinda

“Sinto que só agora estou a viver a ‘minha família’, agora no segundo casamento”.

Noémia

Este sentimento negativo em relação à família do primeiro casamento é uma das componentes comuns aos discursos dos casais recompostos

identificados nas duas estratégias — conflitual e formal. Ele existe porque as situações anteriores ao recasamento (primeiro casamento, divórcio) foram de facto complicadas, e porque se quer acreditar “que desta vez é que é”.

2.3. A desinstitucionalização como forma de perpetuação: a estratégia de perenidade informal

A estratégia de perenidade informal refere-se àquela modalidade de estruturação familiar onde se inscrevem as relações pós-divórcio que são reguladas pelos próprios protagonistas do processo de recomposição, isto é, construídas à margem da lei.

Podem efectivamente surgir situações em que esses mesmos protagonistas subvertem o estabelecido pelo Direito, exactamente numa base de auto-regulação das suas relações.

A configuração familiar que se tomou para exemplo revelou-se um caso tipo dessa estratégia de recomposição, e diz respeito ao casal recomposto — Idalina e Celso.

Razões do casamento:

“Foi um casamento ótimo enquanto durou, nunca tivemos uma zanga, nunca tivemos nenhum problema até que eu me apaixonei outra vez. Com o 25 de Abril a vida alterou-se, mas sem grande drama pois estávamos na mesma área de posicionamento político, aí não houve nada, houve apenas que me apaixonei por ‘este senhor’. Cheguei a casa e conversei sobre isso (...)”.

Idalina, 49 anos, Socióloga

Relacionamento com o ex-cônjuge:

“(...) e durante um período grande, até voltar a casar, entrava cá em casa com um à vontade que irritava um pouco o Celso: chegava ali ao bar tirava um ‘wiskyinho’, brincava com os miúdos, tudo como se a casa continuasse a ser dele, dava ‘beijinho beijinho’, ‘até amanhã’ e saía. Ele (o Celso) era muito jovem na altura, tinha vinte e três anos, com alguma angústia de território, com alguma angústia de ver o ‘ex’ entrar por aqui e a casa era do ‘ex’, e dizia: ‘Celso anda daí, vamos jogar um xadrês’. Era o outro que tomava sempre as iniciativas. Neste momento são mesmo amigos, o Celso gosta muito dele e ele acha uma certa piada ao Celso”.

Idalina

“A relação não era propriamente conflituosa mas era difícil. Não havia ódios e rancores, mas havia uma situação desequilibrada, em que eu me sentia muito aliviado por ter acabado com uma relação que já não me servia, e a minha mulher se sentia triste e magoada porque não queria ter acabado a relação. Eram estados desiguais e provocavam um relacionamento difícil mas não violento. Relacionamo-nos bem (actualmente), encontramos com frequência, vamos almoçar. Às vezes vem cá a casa, relaciona-se bem com a Idalina, embora ao princípio não fosse assim”.

Celso, 41 anos, Dirigente sindical

Razões do recasamento (coabitação):

“Conhecemo-nos no movimento sindical (em 1977), apaixonámo-nos em quinze dias”.

Idalina

“Conheci-a cerca de um ano e meio antes de me separar. Começámos a viver em comum cerca de seis meses depois de eu me separar, e três ou quatro meses depois de começar a insistir para que isso acontecesse”.

Celso

Expectativas face ao recasamento (coabitação):

“Isto foi sempre visto como um provisório, um ‘até amanhã’, mas já dura há doze anos (...)”.

Idalina

“Espero que não tenha o mesmo fim do primeiro.(...) embora seja difícilmo viver com outra pessoa, desde que haja bom senso... é difícil partilhar a intimidade (seja com quem for), há violações da privacidade”.

Celso

Uma das primeiras coisas a realçar nos grupos domésticos que se estruturaram numa estratégia de perenidade informal é o facto de os primeiros casamentos terem sido de paixão e de amor e, na maioria dos casos, constituírem um “modelo perfeito” de relacionamento entre os cônjuges, como refere a Ester e a Ivone.

“Casei porque achei que estava apaixonada... tanto eu como ele tínhamos uma actividade clandestina, penso que isso nos terá aproximado muito.

Éramos pessoas que intelectualmente estávamos muito próximas uma da outra.

Ester, 46 anos, Médica

“Casei com um colega de liceu e de faculdade. (...) Achávamos que lá ser um casamento perfeitíssimo: as pessoas entendiam-se, tinham as mesmas utopias, os mesmos discursos, os mesmos amigos... de facto era um modelo padrão de perfeição”.

Ivone, 46 anos, Professora no secundário

Portanto, para além do sentimento amoroso como razão para o primeiro casamento, deve-se acrescentar os mesmos ideais políticos, os mesmos interesses intelectuais. No fundo, as mesmas utopias de uma geração que protagonizou o 25 de Abril, passou pelas universidades, e foi “apanhada” no turbilhão de relações afectivas paralelas que o clima de grande comunhão de vivências propiciava, terá sido a razão da falência destes casamentos. O relacionamento entre os ex-cônjuges nestas configurações inscreve-se numa linha de perpetuação da relação que nem o recasamento conseguiu fragilizar.

“Tinha e continuo a ter uma boa relação (com o ex marido), porque enquanto houve um crescimento juntos que foi tão seguido e tão importante, na verdade continuamos a ser amigos. O meu ex-marido sempre veio às festas de aniversário das miúdas, sempre veio entregar a prenda do dia da mãe, sempre veio entregar a prenda do dia dos meus anos, portanto, ele tem sido uma presença bastante frequente na minha relação com o Olavo”.

Ivone

Estamos perante casos “perfeitos” de regulação de relações familiares recompostas? Talvez. Pelo menos podem-se considerar como sendo os casos mais “puros” de recomposição dentro da estratégia de perenidade.

O caminho desde o primeiro casamento, ao divórcio ou separação até à recomposição parece ter sido “destruído e continuado” sem grandes sobressaltos ou angústias.

Agora uma coisa é certa, estamos perante famílias recompostas oriundas da burguesia dirigente ou da burguesia profissional e que reproduziram, particularmente as mulheres, esses mesmos lugares de classe. Por um lado, estas mulheres nunca se confrontaram com situações de precaridade económica, mesmo quando estavam sozinhas com os seus filhos, bem pelo contrário, sempre tiveram uma situação financeira desafogada e profissional de sucesso. Por outro lado, em consequência da

posse desses recursos, o segundo mercado matrimonial sempre lhes foi favorável.

Para além disso, estes casais recompostos são homens e mulheres a meio dos quarenta anos, com filhos e enteados adolescentes ou já na idade adulta, vivendo um segundo casamento ou uma coabitação há mais de dez anos. Ora, o factor tempo também conta na desdramatização dos discursos.

Conclusões

Em trabalhos de sociólogos franceses foi sugerido que os actores sociais, de meios mais favorecidos, estruturam as suas famílias recompostas sob uma lógica de perenidade. Isto é, não negam a especificidade da nova configuração familiar e os padrastos não invadem os papéis pré-estabelecidos, ou seja, não ocupam o lugar do pai biológico das crianças. Acontece que também se identificou, sob a forma de grande tendência, essa estratégia nos processos de recomposição familiar dos grupos domésticos da burguesia e da pequena burguesia.

No entanto, e numa análise mais profunda, foi possível detectar diferenças significativas dentro da estratégia de perenidade entre as fracções de classe providas de habilitações académicas superiores — perenidade informal — e as fracções de classe desprovidas de tais recursos — perenidade conflitual e formal.

Em relação aos dois grupos referidos concluímos que: no primeiro, as suas famílias se recomposaram exclusivamente segundo a estratégia de perenidade informal; e no segundo, essa recomposição estruturou-se, maioritariamente, sob a estratégia da perenidade conflitual. Isto é, a preservação dos laços com os elementos da família anterior não se confina apenas às relações entre pais biológicos e filhos, mas a todos os elementos das duas famílias numa lógica de auto-regulação, no primeiro. E, no segundo, essa continuidade relacional foi, ou continua a ser, muitas vezes geradora de conflito.

Notas

1. Este texto tem como base um trabalho desenvolvido pela autora no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia pelo ISCTE, em 1994, e uma pesquisa financiada pela JNICT.
2. Yourcenar, Marguerite, *O tempo esse grande escritor*, Lisboa, Difel, p.17.
3. Para uma análise pormenorizada do aumento do divórcio veja-se Anália Torres (1988).

4. Segundo Jan E. Trost (1984), na Suíça, 29% dos casamentos eram recasamentos que envolviam um(a) viúvo(a), em 1800. Actualmente, 95% dos recasamentos seguem-se ao divórcio de um ou dos dois cônjuges.
5. Nos EUA, segundo os dados do National Center for Health Statistics (1980/81) em 1979 - 32% dos casamentos envolviam uma mulher casada anteriormente; 33% envolviam um homem casado anteriormente; e 90% dos indivíduos recasados eram divorciados.
6. Uma vez que a língua portuguesa não tem uma palavra para fazer a correspondência com "stepfamily", optou-se pela não tradução da designação. O termo "step" vem do inglês antigo e articula-se com "the bereave" - a família do morto. Assim, "the bereave husband or wife who took a new spouse thereby gave the bereave children a new parent - a 'step' parent" (Scanzoni & Scanzoni, 1988: 606). Apesar de hoje em dia a maioria dos recasamentos precederem um divórcio ou uma separação e por conseguinte, as crianças terem os dois pais biológicos vivos, a "stepfamily" continua a ser o termo preferido dos cientistas anglo americanos da área da família.
7. Os possíveis arranjos familiares após uma separação ou divórcio não se esgotam, evidentemente, nesta enumeração de Théry. Ver também, a este propósito, outros tipos de famílias de padrastos identificados por Pasley e Ihinger-Tallman, e citados por Esses & Campbell (1984).
8. Segundo Glick (1989), nos Estados Unidos, 2,3 milhões de agregados familiares de recasados continham, em 1980, crianças de casamentos anteriores; 2,15 milhões eram agregados familiares de padrastos; 338.000 eram agregados de madrastras e 150.000 eram agregados familiares com crianças dos casamentos anteriores de ambos os parceiros. Estimou-se também que em 1990, 69% das crianças dos EUA viveriam com os seus dois pais biológicos, comparando com 85% em 1970 e 76% em 1981 (Coleman & Ganong, 1990:926).
Tudo indica que actualmente quase metade das crianças dos EUA vivem em *stepfamilies*.
9. Veja-se, por exemplo, a crítica parcial de Furstenbeg e Spanier à tese do recasamento como instituição incompleta de Cherlin (1984).
10. Os americanos têm a mais elevada percentagem de recasamentos do mundo; cerca de 40% dos casamentos são recasamentos para um ou ambos os parceiros (Coleman & Ganon, 1990:926). Mas a taxa de divorcialidade nos EUA é ligeiramente mais elevada para os recasamentos do que para os primeiros casamentos: estima-se que 30% de todos os casamentos tenham a probabilidade de terminar em divórcio num período de dez anos e que 39% dos recasamentos sigam o mesmo caminho em igual período de tempo (Cherlin, 1987:67).
11. Segundo estes autores 37,7% das crianças, nos EUA, vivem um segundo divórcio após um recasamento (1987:75).
12. Em 1989, 22,7% dos casamentos celebrados neste ano envolvem pelo menos um divorciado (Martin, 1992:112).
13. Théry refere em 1991 que "ce terme de 'familles recomposées' qui vien d'être comme officialisé par son apparition dans les Données sociales de l' INSEE?". Por essa razão a partir deste momento da pesquisa retomamos a designação - famílias recompostas.
14. Esta explicitação de processo de recomposição foi construída à semelhança da noção de Didier Le Gall e Claude Martin (1991).
15. A *lógica da substituição* privilegia o restabelecimento de uma nova família em detrimento da anterior; e na *lógica da perenidade* a conservação do vínculo de paternidade não se confunde com o laço conjugal na reorganização da família. Se na primeira se nega a especificidade da nova família, e o padrasto ocupa o lugar deixado pelo pai biológico, na segunda, pelo contrário, há o reconhecimento dessa especificidade e a tentativa da elaboração de um papel inédito, sem no entanto, invadir os papéis pré-estabelecidos (Théry, 1985). Dos estudos empíricos que entretanto se foram realizando a partir deste

- modelo, os resultados foram os seguintes: se nos meios sociais mais favorecidos tende a prevalecer a lógica da substituição, nos mais favorecidos predomina a lógica da perenidade.
16. Num segundo artigo daremos conta das estratégias de construção do papel social de padrasto.
 17. Uma opção teórico-metodológica na pesquisa passou pela utilização do conceito de estratégia de Bourdieu, porque é sem dúvida mais consistente teoricamente, em vez de “lógica” que, aliás, nunca aparece explicitado pela autora deste modelo. Para uma aplicação do conceito de estratégia à problemática da família veja-se Ana Nunes de Almeida (1985).
 18. As trinta entrevistas semi-directivas foram realizadas aos dois elementos do casal - mãe guardiã e padrasto - de quinze configurações familiares recompostas. Uma outra opção metodológica prendeu-se com o facto de termos escolhido apenas um determinado tipo de configuração familiar - uma mãe com as crianças de um primeiro casamento à sua guarda e um pai não guardião. Ficaram, portanto, assim incluídos os casos mais complexos de famílias recompostas do tipo “os meus, os teus e os nossos”.
Duma forma esquemática, e tomando como referência o estado civil anterior ao actual casamento ou coabitação do padrasto, as famílias recompostas apresentaram a seguinte configuração: mãe guardiã e padrasto celibatário (4); mãe guardiã e padrasto divorciado (8); mãe guardiã e padrasto separado (5).
 19. Com o problema da sobre-representação das classes intermédias foram também confrontados outros sociólogos da família, tanto portugueses como franceses, em trabalhos empíricos realizados sobre o divórcio e a recomposição familiar (Torres,1990; Le Gall e Martin,1991). Ainda a propósito desta questão deve dizer-se o seguinte: por um lado, as chamadas classes médias são mais potenciadoras do que outros grupos de múltiplos trajectos sociais; por outro, são também os protagonistas por excelência de processos de mudança em matéria de práticas sociais e de valores nas sociedades contemporâneas. Daí serem estas fracções de classe que mais protagonizam o divórcio e conseqüentemente se apresentam em maior número no segundo mercado matrimonial.
 20. As trajectórias conjugais dos quinze casais recompostos entrevistados para a pesquisa são apresentadas em Cristina Lobo (1994).
 21. Os entrevistadores, de ambos os sexos, procederam às entrevistas mediante um guião semi estruturado, no qual se contemplavam os momentos privilegiados das trajectórias conjugais - casamento, divórcio, recasamento - dos entrevistados, assim como, outras dimensões relevantes referentes às redes de sociabilidade, às relações padrastos/enteados e vice-versa, e às representações sobre a família. Para além, é claro, de se recensarem dados de caracterização social de todos os elementos das famílias recompostas.
 22. Um dos principais conceitos que nortearam a pesquisa foi, precisamente, o conceito de classe social. Aliás, também ele, à semelhança do que aconteceu com o conceito de estratégia, veio a substituir o “meio social” com o qual I. Théry trabalhou o seu modelo das duas lógicas.
As variáveis profissão e situação na profissão, através das quais se operacionalizou o conceito de classe social, se bem que tivessem tido um estatuto privilegiado na pesquisa, outras se lhes juntaram como o sexo e a idade, sem as quais este conceito não teria qualquer pertinência analítica (Ferreira de Almeida,1986).
 23. Cherlin e McCarthy propuseram a designação Remarried Couple Household enquanto categoria de análise que deveria passar a ser considerada no recenseamento da população nos EUA. Esta categoria consiste num grupo doméstico mantido por um casal, em que um deles ou os dois foram divorciados (1985).

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, vol. XXI (85), pp. 7-44.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos - camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BASTARD, Benoit e CARDIA-VONÈCHE, Laura (1987), "Quelques réflexions sociologiques sur le remariage et les familles composées", *Dialogue*, 97, pp. 98-103.
- CHERLIN, Andrew J. (1978), "Remarriage as an incomplete institution", *The American Journal of Sociology*, vol. 86, pp.636-650.
- CHERLIN, Andrew J. (1987), "Dix ans après, le remariage comme institution incomplète", *Dialogue*, 97, pp.65-68.
- CHERLIN, Andrew J. (1992), *Marriage, Divorce, Remarriage*, Cambridge, Harvard University Press.
- CHERLIN, Andrew J. e MCCARTHY, Jones (1985), "Remarried couple households: data from the June 1980 current population survey", *Journal of marriage and the family*, February, pp.23-30.
- COLEMAN, Marilyn e GANONG, Lawrence H. (1990), "Remarriage and Stepfamily Research in 1980s: increased interest in an old family form", *Journal of marriage and the family*, 52, pp. 925-940.
- DUBERMAN, Lucille (1975), *The reconstituted family: a study of remarried couples and their children*, Chicago, Nelson Hall.
- ESSES, Lillian M. e CAMPBELL, Richard (1984), "Challenges in Researching the Remarried", *Family Relations*, 33, pp.415-424.
- FURSTENBERG, Frank Jr e SPANIER, Graham B. (1984), "The risk of dissolution in remarriage: an explanation of cherlin's hypothesis of incomplete institutionalization", *Family Relations*, 33, pp. 433-441.
- FURSTENBERG, Frank Jr et al (1987), "L'itinéraire des enfants du divorce: rupture conjugale et contacts des enfants avec le parent non-gardien", *Dialogue*, pp. 69-85.
- FURSTENBERG, Frank Jr. e CHERLIN Andrew J. (1991), *Divided Families: what happens to children when parents part*, USA, Harvard University Press.
- GANONG, Lawrence H. e COLEMAN, Marilyn (1984), "The effects of remarriage on children: a review of the empirical literature", *Family Relations*, 33, pp.389-406.
- GLICK, Paul C. (1990), "American Families: as they are and were", *Sociology and Social Research*, vol. 74, 3, April, pp. 139-145.
- GOETTING, Ann (1982), "Six stations of remarriage: developmental tasks of remarriage after divorce", *Family Relations*, pp. 213-222.
- ILHINGER-TALKMAN, Marilyn (1984), "Epilogue", *Family Relations*, 33, pp. 483-487.
- ILHINGER-TALKMAN, Marilyn e PASLEY, Kay (1987), *Remarriage*, Newbury Park, Sage Publications, Inc
- KELLERHALS, Jean et al (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa- América, Lda.
- LE GALL, Didier (1992), "Paratres d'aujourd'hui - formes de rôle beau-parental dans les familles héritières d'une union antérieure avec enfant(s)", Comunicação apresentada no colóquio *La construction sociale de la parente*, Université de Genève.
- LE GALL, Didier e MARTIN, Claude (1990), *Recomposition Familiale, usages du Droit et production normative*, Centre de Recherche sur le travail social, Université de Caen, policopiado.

- LE GALL, Didier e MARTIN, Claude (1991), *Composer avec le logement -recomposition familiale et usage de l'espace domestique*, Centre de Recherche sur le Travail Social, Université de Caen, policopiado.
- MARTIN, Claude (1992), *Transitions familiales - evolution du reseau social et familial après la desunion et modes de regulation sociale*. Thèse pour le Doctorat de Sociologie, Université de Paris VIII Vincennes à Saint-Denis.
- MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse e THÉRY, Irène (orgs.) (1993), *Les recompositions familiales* aujourd'hui. Paris, Nathan.
- PASLEY, Kay e LHINGER-TALLMAN, M. (1988), "Remarriage and stepfamilies", in: *Variant Family Forms*, Catherine S. Chilman et al (eds), New-Bury Park, Sage Publications, pp. 204-221.
- SCANZONI, L. Dawson e SCANZONI, John (1976) (1988), *Men, women, and change: a sociology of marriage and family*, New York, McGraw-Hill Book Company, pp. 656-771.
- SINGLY, François de (1983), "Le Second Mari", *Population*, 1, pp. 9-28.
- SPANIER, Graham B. e FURSTENBERG, Frank Jr. (1982), "Remarriage after divorce: a longitudinal analysis of well-being", *Journal of Marriage and the Family*, August, pp. 709-721.
- SPANIER, Graham B. e FURSTENBERG, Frank Jr. (1988), "Remarriage and Reconstituted families", in: *Handbook of Marriage and The Family*, M. Sussman e S. Steinnetz (eds), New York: Plenum Press, pp. 419-434.
- THÉRY, Irène (1985), "La référence à intérêt de l'enfant: usage judiciaire et ambigüités", in: *Du Divorce et des enfants*, J.L. Bourguignon, Paris, PUF, pp. 33-114.
- THÉRY, Irène (1987), "Les Beaux-enfants au risque de la recherche: l'exemple des États-Unis", *Dialogue*, 97, pp. 98-103.
- THÉRY, Irène (1991), "Trouver le mot juste-language et parenté dans les recompositions familiales après divorce", in: *Jeux de familles*, M. Segalen (org.), Paris, Press du CNRS, pp. 137-156.
- THÉRY, Irène (1993), "Introduction générale: le temps des recompositions familiales", in: Meulders-Klein, M. T. e I. Théry (orgs), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan.
- TORRES, Anália (1988), *Levantamento sociográfico do divórcio em Portugal 1970-1986*, policopiado.
- TORRES, Anália (1990), *Fatalidade, Culpa, Desencontro: formas de ruptura conjugal*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, ISCTE.
- WILSON, K.L. et al (1975), "Stepfathers and stepchildren: an exploratory and analysis from two national surveys", *Journal of Marriage and the family*, 37(3), pp. 526-536.

Cristina Lobo. Socióloga do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia / Departamento de Sociologia / ISCTE. Qualquer correspondência pode ser endereçada para a autora, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa. ou pelo fax: 01.7940074.